



015

**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**RECURSO DE AGRAVO Nº 0157223-8/01**

**RECORRENTE:** TIAGO DOS SANTOS

**RECORRIDO:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**EMENTA - ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS REPETITIVOS. MATÉRIAS JÁ ANALISADAS NO JULGAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.. CONCURSO PÚBLICO. DESOBEDEIÊNCIA ÀS NORMAS EDITALÍCAS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VINCULAÇÃO AO EDITAL E DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS PÁTRIOS. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.**

1-Todos os questionamentos feitos no presente recurso foram rebatidos na decisão terminativa prolatada no Agravo de Instrumento nº 0157223-8.

2- Insiste o recorrente, basicamente, nos mesmos argumentos contidos no recurso de agravo de instrumento em apenso, *in casu* aduz que foi impossibilitado de submeter-se ao exame físico, etapa exigida para aprovação no Concurso Público da Polícia Militar do Estado de Pernambuco de 2006, em virtude de não ter apresentado atestado médico de aptidão para as atividades físicas em conformidade com o modelo previsto no Edital.

3-Destarte, colacionando os autos, verifica-se que foi demonstrada na fundamentação da decisão recorrida que a pretensão do recorrente não merece guarida, em virtude do mesmo não ter cumprido com as normas que regeram o Concurso Público da Polícia Militar do Estado de Pernambuco do ano de 2006, uma vez que o atestado apresentado pelo mesmo não possuía o conteúdo exigido pelas normas editalícias, ou seja, o atestado apresentado pelo mesmo não declarava que o candidato estava apto a executar as especialidades mencionadas no anexo V do mencionado Edital.

4-Nesse contexto, pode-se depreender que, atender ao pleito do recorrente caracterizaria expressa afronta a alguns dos mais importantes princípios do nosso Direito Administrativo, quais sejam, o Princípio da Vinculação e o da Isonomia.

5-Para além disso, ainda, foi salientado que, as exigências do mencionado certame foram estabelecidas dentro do critério discricionário da Administração Pública. Sendo assim, ao Poder Judiciário, portanto, somente caberia revê-las, se afrontasse a legalidade e, ou, em última análise, a razoabilidade, o que não restou demonstrado.

6- Recurso conhecido e improvido à unanimidade.



19  
016

**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

---

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso de agravo nº 0157223-8/01, figurando como recorrente o TIAGO DOS SANTOS e como recorrido o ESTADO DE PERNAMBUCO; Acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26/01/2010

  
Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO  
- Relator / Presidente -



18  
6  
  
017

**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

---

**RECURSO DE AGRAVO Nº 0157223-8/01**

**RECORRENTE:** TIAGO DOS SANTOS

**RECORRIDO:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**RELATÓRIO**

TIAGO DOS SANTOS, devidamente qualificado, ingressou com o presente recurso de agravo de decisão terminativa monocrática prolatada nos autos do Agravo de Instrumento nº 0157223-8 que, negou seguimento ao mesmo, sob a argumentação de que a decisão fustigada estava em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e deste Egrégio Tribunal de Justiça (fls. 02/08).

Menciona, de forma sucinta, basicamente os mesmos argumentos trazidos nas razões recursais de fls. 02/10 dos autos em anexo, devidamente analisados no agravo de instrumento que deu origem ao presente recurso.

É o relatório.

Recife, 26/01/2010

  
**Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
- Relator -





**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**RECURSO DE AGRAVO Nº 0157223-8/01**

**RECORRENTE:** TIAGO DOS SANTOS

**RECORRIDO:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**VOTO**

Trata-se de recurso de agravo de decisão terminativa que negou seguimento ao agravo de instrumento nº 01572223-8, levando em consideração que a decisão *a quo* estava em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Insiste o recorrente, basicamente, nos mesmos argumentos contidos no recurso de agravo de instrumento em apenso, *in casu*, aduz que foi impossibilitado de submeter-se ao exame físico, etapa exigida para aprovação no Concurso Público da Polícia Militar de Pernambuco de 2006, em virtude de não ter apresentado atestado médico de aptidão para as atividades físicas em conformidade com o modelo previsto no Edital.

Ademais, acrescentou, ainda, que a Administração Pública não foi razoável ao desconsiderar o atestado que o mesmo apresentou, se distanciando, inclusive, do interesse público.

*qu* Constata-se que, todos esses questionamentos foram rebatidos na decisão terminativa de fls. 64/69.

Destarte, compulsando os autos, verifico que foi demonstrada na fundamentação da decisão guerreada que a pretensão do recorrente não merece guarida, em virtude do mesmo não ter cumprido com as normas que regeram o Concurso Público da Polícia Militar do Estado de Pernambuco do ano de 2006, uma vez que o atestado apresentado pelo agravante não possuía o conteúdo exigido pelas normas editalícias, ou seja, o atestado apresentado pelo mesmo não declarava que o candidato estava apto a executar as especialidades mencionadas no anexo V do mencionado Edital.

Nesse andar, foi ressaltado que, o atestado juntado pelo recorrente possuía um aspecto genérico, ou seja, apenas declarava que o agravante "estava apto para atividades físicas", não se coadunando, portanto, com os requisitos específicos do Edital.



**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Nesse contexto, pode-se depreender que, atender ao pleito do recorrente caracterizará expressa afronta a alguns dos mais importantes princípios do nosso Direito Administrativo, quais sejam, o Princípio da Vinculação e o da Isonomia.

Para além disso, ainda, foi salientado que, as exigências do mencionado certame foram estabelecidas dentro do critério discricionário da Administração Pública. Sendo assim, ao Poder Judiciário, portanto, somente caberia revê-las, se afrontasse a legalidade e, ou, em última análise, a razoabilidade, o que não restou demonstrado.

Foram colacionados precedentes do Superior Tribunal de Justiça, bem como deste Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de ratificar a tese ventilada na decisão terminativa monocrática, ora combatida.

Dessa forma, tais apontamentos são irrelevantes e não têm o condão de modificar a decisão fustigada, não se afigurando como fatos novos, mas, visualizados como rediscussão e inconformismo dos fundamentos já avaliados.

Cumprе ressaltar que esta Câmara assim já decidiu em casos onde os recursos apenas trazem repetição de argumentos, não mencionando nada de novo para o deslinde da matéria:

**Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL. CONCURSO PÚBLICO. PRAZO DE VALIDADE EXPIRADO. PERDA DE OBJETO DA AÇÃO. MATÉRIA JÁ PACIFICADA NESTE TRIBUNAL E NOS TRIBUNAIS SUPERIORES. CONDENAÇÃO EM VERBAS SUCUMBENCIAIS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. CABIMENTO. MERA REPETIÇÃO DOS ARGUMENTOS LANÇADOS NA PEÇA APELATÓRIA. AGRAVO LEGAL IMPROVIDO À UNANIMIDADE.**

*Omissis.*

**4. A mera irresignação dos recorrentes, demonstrada na simples repetição dos termos já constantes em sua peça de apelo, cujos argumentos já foram devidamente repelidos naquele 'decisum' ora hostilizado - onde se fez referência, inclusive, de que tais argumentos já seriam a repetição daqueles trazidos em sua peça atriál -, sem qualquer referência a fato novo ou circunstância relevante, não tem o condão de modificar aquele julgado, inclusive porque referendado pela jurisprudência dominante de nossos Tribunais sobre a matéria em exame;**

**5. Recurso de agravo que se nega provimento à unanimidade de votos.**

(Recurso de Agravo nº: 161857-3/01; Rel. Luiz Carlos Figueiredo; Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível; Data de Julgamento: 9/7/2008; Publicação 132).



**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

---

Dessa forma, à luz do entendimento jurisprudencial acima esposado, não merecem ser acolhidos os argumentos do recorrente.

Posto isso, **VOTO** pelo não provimento do presente recurso de agravo, mantendo incólume a decisão terminativa prolatada nos autos do agravo de instrumento nº 0157.223-8.

Recife, 26/01/2010

  
**Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
- Relator -